

## Amazônia - um reino ameaçado de vida e histórias



Por **JULIE WARK\***

*É preciso entender a floresta tropical, não como um paraíso virginal devastado pelo progresso capitalista, mas como um antigo habitat humano*

Em 24 de abril de 2023, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (CCCB) realizou um painel público de discussão intitulado “As Vidas da Floresta Tropical” sobre as três maiores florestas tropicais existentes, na Amazônia, na Bacia do Congo e na Papua Ocidental, que foram tomadas como representando todas as florestas tropicais do mundo e de seus povos. Parte de um projeto muito maior sobre o advento do ecocídio, o evento também foi o prelúdio de uma grande exposição sobre a Amazônia a ser realizada no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona no próximo ano.

Uma breve visão geral da história da Amazônia dá uma ideia de como as florestas tropicais são essenciais. Ocupando 12% da superfície do mundo, elas são parte da solução para a atual catástrofe climática do planeta; ademais, as suas histórias ilustram muito sobre como isso aconteceu. Além de enfrentar os horrores do passado, infligidos pelo Ocidente “iluminado”, a história também mostra como crimes seculares contra pequenos grupos em lugares locais, justificados pelo pensamento “nós e eles” (que inclui o excepcionalismo humano em relação a todas as outras espécies), têm consequências mundiais de longo prazo.

Geralmente escondida atrás de outros fatos e números, a única estatística que define de forma mais trágica e chocante maravilha que é a Amazônia é esta: “Em um período de 400 anos, a população indígena amazônica encolheu de cerca de seis milhões para talvez 200 mil hoje”. Tudo o que vemos na atual catástrofe climática relaciona-se de alguma forma a esse desastre. Estavam interconectados, mas uma vez que o conjunto formado pelas pessoas, animais, pássaros, plantas, habitats, rios, solo, ar, calor, ventos, chuva foram danificados, as suas interações vitais foram também cortadas e, em consequência, todo o planeta foi afetado.

Ursula Le Guin resume isso com seu título de 1972: *The Word for World Is Forest*. Mas a situação das florestas tropicais não é ficção científica. Se os habitantes da floresta terrestre sempre entenderam seu habitat como um mundo, um cosmos, um todo bem ordenado, eles também sabem que danificar a floresta significa danificar o mundo, talvez além da reparação.

Com a história dos nomes muitas vezes se chega ao básico. Com o termo “amazonas”, que pode se referir ao rio, à área geral da bacia hidrográfica e à floresta tropical, conta-se uma história de povos indígenas e de intrusão colonial. O nome

# a terra é redonda

refere-se a muito mais do que uma entidade, cada uma muitas vezes com vários nomes. Grosso modo, vários nomes referem-se aos tempos pré-coloniais e o nome único à identidade colonial e pós-colonial ou, em outras palavras, a histórias internas e externas, à intimidade detalhada do habitat e à voracidade rude.

Antes que os intrusos ocidentais chegassem às margens da América do Sul, o rio, a área e a floresta tropical não tinham um nome geral. Cada tribo tinha seu(s) nome(s) próprio(s) de acordo com a área que ocupava e suas tradições culturais e linguísticas. As tribos Tupí-Guaraní chamavam o grande rio de Paranaguazu (Grande Parente do Mar), enquanto para os Amara Mayu ele era denominado de “Mãe Serpente do Mundo”. Os conquistadores tinham outra ideia: a conquista total de um território e de tudo o que havia nele.

Em 1500, o comandante espanhol Vicente Yáñez Pinzón chamou-o de Río Santa Maria de la Mar Dulce (Rio Santa Maria do Mar de Água Doce), impondo assim o motivo religioso católico – e virginal – referindo-se assim ao grande tamanho do curso de água. Em 1515, era conhecido como Río Marañon, um nome que alguns acreditavam derivar da palavra espanhola “maraña” (bagunça emaranhada), agora referindo-se às raízes ocultas do rio que põe resistência aos barcos pesados (mas não a pequenas embarcações indígenas).

Em 1541, Francisco de Orellana fez a primeira descida ao longo do rio dos Andes para o mar. Acredita-se que, após uma batalha com uma tribo Pira-tapuya, em 1542, na qual as mulheres lutaram ao lado dos homens, ele começou a se referir ao “rio das Amazonas”, evocando assim a mítica tribo guerreira das Amazonas, como descrito pelos gregos Heródoto e Diodoro. A palavra pode ser derivada do iraniano “ha-maz-na” (lutar juntos) ou, mais popularmente, do grego “Amazōn” (a-‘sem’+ mazos [mastos] ‘peito’), porque as Amazonas supostamente cortaram o peito direito para que pudessem lidar melhor com o arco.

As “maravilhosas guerreiras” foram descritas pelo padre da expedição, frei Carvajal: “as mulheres lutaram na linha de frente, no papel de líderes ou capitães estimulando os homens, e (...) “lutaram tão corajosamente que os índios não ousaram virar as costas, e quem virou as costas matou com cassetetes ali mesmo diante de nós”.

O tropo virginal e arrebatador reapareceu meio século depois, quando, Walter Raleigh, escrevendo a seus financiadores de Londres, descreveu a Guiana como um “país que ainda tem sua donzela, nunca saqueou, não virou e nem forjou; a face da terra não foi rasgada... nunca conquistado ou possuído”. Como diz Ed Simon, “há uma conexão entre a retórica do paraíso de Raleigh e seu vocabulário de conquista de gênero – ambos os tipos de linguagem postulam a terra em termos idealizados, e ambos vislumbram um privilégio por parte do colono para explorar essa terra”.

No entanto, alguns estudiosos acreditam que “Amazônia” vem da palavra tupi “amassona” transcrita para o português (naufrágio de barcos para os invasores e sistemas radiculares entrelaçados de plantas hidrofílicas para a população local). Seja como for, a nomenclatura sugere diferentes formas de pensar a Amazônia: conquista, fora dos valores quantitativos, homogeneização e pilhagem por atacado versus convivência com as particularidades de seus diferentes lugares e espécies. Agora, da maneira anterior, o nome do Maior Rio foi apropriado para o que está sendo listado pela Slate como a “empresa de tecnologia número 1”, a Amazon.

Evidências arqueológicas da Caverna da Pedra Pintada em Monte Alegre, Brasil, sugerem que havia assentamentos humanos baseados em uma economia de floresta tropical e forrageamento ribeirinho na região há pelo menos 11.200 anos. As tribos de de forrageamento foram substituídos por vilas de pescadores no início do Holoceno (por volta de 9700 a.C.), após o que a horticultura foi praticada, o uso da cerâmica se espalhou e, cerca de 2.000 anos atrás, surgiram sociedades agrícolas populosas e complexas.

Estudos recentes sugerem que os assentamentos pré-históricos incluíam áreas de cultivo, estruturas de zonas úmidas, estradas e obras públicas como praças, fossos e pontes, combinadas com paisagens agrícolas e de parques. Extensas formações sociais incluíam chefias, especialmente em regiões interfluviais e mesmo grandes vilas e cidades.

# a terra é redonda

Assim, as distribuições bióticas e de solo atuais, muitas vezes coincidindo com a dispersão de características arqueológicas, são principalmente o resultado de estratégias de manejo da terra pré-colombianas. O assentamento humano foi muito mais difundido do que se pensava, não apenas perto de grandes rios, mas também mais perto de pequenos riachos, sugerindo que a população pré-colombiana era muito maior do que as estimativas anteriores.

Acredita-se mesmo que os primeiros habitantes da selva criaram um “mosaico de florestas naturais, campos abertos e seções de florestas manejadas de modo a serem dominadas por espécies de interesse especial para os seres humanos”, de modo que quase 11,8% das florestas da Amazônia são antropogênicas.

Um exemplo do impacto do início do povoamento humano é a terra preta do índio, o solo antropogênico negro que os povos pré-colombianos usavam para melhorar áreas de baixa fertilidade do solo. Acredita-se que tenha se originado entre 450 a.C. e 950 d.C. em locais em toda a Bacia Amazônica e sua cor vem do conteúdo de carvão vegetal intemperado derivado de ossos, cerâmica quebrada, composto e esterco, adicionado ao solo tropical de baixa fertilidade. Muitas áreas de terra preta são encontradas ao redor de antigos sambaquis, além de serem intencionalmente fabricadas em escalas maiores.

Assim, um dos primeiros sinais do conhecimento indígena aparece no próprio solo. Ao contrário de hipóteses como a apresentada no influente livro *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise* (1971), da arqueóloga Betty Meggers, afirmando que era impossível sustentar grandes populações por meio da agricultura devido ao solo pobre, o uso indígena de terra preta ou terras escuras amazônicas criou áreas de alta fertilidade.

Isso é importante porque as maneiras pelas quais os povos indígenas aproveitaram os processos naturais de formação da paisagem podem transformar a compreensão atual da influência humana na Amazônia, abrindo novas fronteiras para o uso sustentável de paisagens tropicais agora quase terminalmente danificadas.

Mas a conquista europeia logo destruiu e dizimou essas sociedades antigas. Um estudo recente estima que, nos primeiros cem anos, colonos, exploradores, conquistadores, missionários e bandeirantes europeus mataram ou causaram a morte por doenças de cerca de 56 milhões de indígenas nas Américas. As populações sobreviventes foram forçadas a terras pobres em novas periferias onde, cercadas por forasteiros, sobreviveram mudando o cultivo e o forrageamento, mas ainda mantendo algumas tradições de seus antepassados assentados.

Por 350 anos após a chegada dos primeiros colonos, grande parte da Amazônia anteriormente nutrida foi deixada sem manutenção. A interrupção não foi apenas local ou temporária. Toda essa morte mudou o clima global porque tanta terra desmatada foi abandonada que o reflorestamento resultante e a absorção de carbono terrestre afetaram tanto o CO<sub>2</sub> atmosférico quanto as temperaturas globais do ar de superfície nos dois séculos anteriores à Revolução Industrial.

O genocídio foi um dos principais fatores dos efeitos intensificados da Pequena Idade do Gelo (séculos XIV a XIX) e, indiretamente, provocou mudanças na sociedade, geografia, economia e história europeias, quando os recursos naturais, saqueados e enviados do Novo Mundo, permitiram que a população e as cidades se expandissem, e as pessoas deixaram a agricultura de subsistência para trabalhar por um salário nas primeiras indústrias e comprar novas mercadorias em mercados que dependiam de pilhagem maciça.

Talvez mais do que qualquer outra planta, a seringueira, e especialmente a *Hevea brasiliensis*, mostra os efeitos devastadores locais (mas também geopolíticos) das incursões externas na Amazônia em nome do “progresso”. A partir do último quartel do século XIX, essa mudança ligou-se às origens da indústria automobilística – cujas inúmeras consequências na atual catástrofe climática foram bem documentadas – e à formação de uma pequena e implacável elite que, além dos carros, prosperou fabulosamente fornecendo pneus para as necessidades de transporte dos militares na Primeira Guerra Mundial. O outro lado da história é a exploração e o genocídio dos indígenas, que usavam látex há centenas de anos, fazendo vasos e lençóis impermeáveis, e simplesmente brincando, como testemunhado por Colombo que viu os aruaques brincando com bolas estranhas que quicavam e voavam.

# a terra é redonda

A crescente demanda e o aumento dos preços da borracha levaram à concentração desigual da atividade em algumas regiões amazônicas onde a borracha era extraída e ao crescimento desenfreado de cidades próximas. Cidades como Belém e Manaus, no Brasil, e Iquitos, no Peru, foram dotadas dos primeiros serviços públicos e edifícios ostensivos como o Teatro Amazonas e o luxuoso Palácio de Justiça, em Manaus, e a “Casa de Ferro”, projetada por Gustave Eiffel em Iquitos. A extravagância incluía bordéis com adolescentes trazidas de Paris, Bagdá e Polônia, enquanto os barões da borracha tinham sua roupa suja enviada para Londres ou Lisboa para serem lavadas, pois as águas amazônicas estavam muito lamacentas.

Em 1921, Henry Ford decidiu que não dependeria da borracha controlada pelos britânicos e convenceu o governo americano a pressionar o Brasil a dar à Ford Motor Company uma área delimitada por 120 km do rio Tapajós para sua “Fordlândia”, e a financiar a operação. Esse sonho megalomaniaco consistia em dois milhões de hectares de fileiras retas de árvores, separadas por 4 metros, e uma comunidade “autossuficiente”, “modelo” de 5.000 habitantes cujos filhos seriam os “futuros conquistadores da Amazônia” foi plantada na selva.

E o “ícone cultural” Walt Disney fez um filme de propaganda, *O despertar da Amazônia*, sobre o novo e brilhante amanhecer que isso supostamente representava para o mundo. Mas a natureza rebateu. Uma praga de fungos e insetos destruiu o sonho. Sem se intimidar, Ford repetiu a loucura com três milhões de seringueiras em Belterra (PA). A natureza venceu novamente. Desnecessário dizer que os povos indígenas pagaram o preço da miserabilidade, subjugação, trabalho forçado, escravidão por dívida, estupro, tortura, mutilação e assassinato, crimes que são detalhados por Norman Lewis em seu famoso artigo de 1967 intitulado “*Genocídio*”. Para dar um exemplo, em 1910, após uma investigação de dois meses sobre a Companhia da Amazônia Peruana, o diplomata Roger Casement concluiu que sete vidas indígenas foram perdidas para cada tonelada de borracha extraída desde 1900.

O declínio do boom veio com ramificações globais assassinas. Um fator importante foi um caso inicial de biopirataria, quando os britânicos pegaram sementes de *Hevea brasiliensis* e as plantaram na Malásia, Ceilão, Indonésia e África Subsaariana. Assim, a exploração da *Hevea brasiliensis* passou a ter outros efeitos no cenário mundial, especialmente depois que os Estados Unidos começaram a copiar as medidas repressivas britânicas.

Na Malásia, as plantações de seringueiras desempenharam um grande papel na “Emergência” (1948 a 1960), onde a Grã-Bretanha enviou 40.000 soldados para proteger o negócio, foi pioneira no uso do “agente laranja”, usou bombardeios de saturação generalizada, armas incendiárias e campos de internamento (“*New Villages*” para os britânicos, “*Hamlets Estratégicos*” para os EUA no Vietnã) para aprisionar cerca de 500.000 camponeses.

No Ocidente, a história da borracha é muitas vezes lembrada como no conto de Werner Herzog sobre o feito insanamente “heroico” de um visionário amante da ópera em *Fitzcarraldo* (1982). No entanto, o documentário sobre a realização deste filme, *Burden of Dreams*, mostra como a arrogância e a ignorância ainda dominam as concepções e representações *mainstream* da Amazônia e sua exploração.

A época da borracha foi tão violenta que perdura nos mitos das tradições orais amazônicas. Filhas e netas de mulheres que foram estupradas por feitores de borracha às vezes também são estupradas quando trabalham como empregadas domésticas para os descendentes ricos de barões da borracha de hoje. Os derivados modernos incluem tráfico humano, turismo sexual infantil, derramamentos de petróleo e destruição de habitat. Outro aspecto é que a zona fronteira entre Peru e Brasil tem a maior concentração de povos indígenas isolados.

Isso não é por acaso. Muitos são descendentes de pessoas que fugiram para a floresta profunda para escapar da violência. Uma história intergeracional contada hoje pelo povo Kukama, do baixo curso do rio Marañon, no Peru, é sobre um ser parecido com uma onça que colocou seringueiros para dormir, depois entrou no acampamento para matar todos eles, cortando suas gargantas e sugando seu sangue.

Mas a onça-pintada é um predador seletivo e leva apenas as presas de que precisa, então o animal que massacrou os humanos e bebeu seu sangue não era uma criatura da Amazônia, mas o barão da borracha, que vive vividamente na

# a terra é redonda

memória local. Essas histórias tendem a ser não-lineares, não tanto preocupadas em contar exatamente o que aconteceu, mas tentando “socializar os eventos do passado para que possam ser colocados na memória coletiva de maneiras que façam sentido dentro da visão de mundo indígena” – sustentando, assim, a identidade cultural.

As culturas indígenas da Amazônia são inseparáveis de todos os seus ambientes e formas de vida. É claro que o conhecimento indígena não é homogêneo. Nas diferentes florestas tropicais do mundo, as pessoas interagem com seu ambiente de maneiras historicamente diversas, o que significa que soluções gerais e rápidas devem ser evitadas. A devida atenção deve ser dada aos ecossistemas específicos que, por sua vez, beneficiarão a biodiversidade. Estudos recentes mostraram, com evidências estatísticas baseadas em 245 comunidades, que os povos indígenas da Amazônia são os guardiões florestais mais eficazes, mas apenas se seus plenos direitos sobre seus territórios forem oficialmente reconhecidos e protegidos.

Proteger a Amazônia e suas criaturas significa, automaticamente, respeitar os direitos humanos. É preciso entender a floresta tropical, não como um paraíso virginal devastado pelo progresso capitalista, mas como um antigo habitat humano. Quem está de fora vê árvores, pássaros e rios, mas os indígenas também percebem um universo de histórias, sonhos e sussurros de antepassados. As árvores são seres sencientes cheios de espíritos, memórias e história. A Amazônia é um repositório de histórias e canções, passadas de geração em geração.

Assim, valores essenciais de reciprocidade, cuidado e convivência pacífica orientam a moral, os atos dos seres humanos e de outros seres, que também são sencientes, em uma forma de sustentabilidade tradicional que é muito diferente dos entendimentos ocidentais da palavra, por exemplo, o do Fundo Mundial para a Vida Selvagem, que é acusado de conivência em despejar, torturar e matar aldeões com métodos de conservação “fortaleza”, de maneiras que não são diferentes dos métodos empregados pelos barões da borracha quando “conservavam” suas árvores. Em resumo, na Amazônia “é impossível ter uma vida se alguém está separado ou separado de outras agências humanas ou não humanas”.

Diferentes formas de conhecer e valorizar sistemas “desempenham um papel crucial na formação das ideias indígenas de sustentabilidade em toda a Amazônia”. Entendimentos cosmológicos nos quais muitas comunidades indígenas se baseiam e que não aceitam a dominação humana sobre a natureza, estão no centro de suas noções de sustentabilidade.

Assim, “as noções de relacionalidade com os não-humanos desempenham um papel importante na criação ou bloqueio de incentivos para a gestão sustentável da vida selvagem (...) Compreender e reconhecer adequadamente os princípios epistêmicos, filosóficos e cosmológicos por trás das práticas de gestão dos povos indígenas é, portanto, fundamental para garantir sua sustentabilidade a longo prazo... Os povos indígenas devem fazer parte de qualquer conversa ou debate sobre opções políticas em torno de questões de sustentabilidade.”

Talvez, em resposta à grave situação que agora enfrenta todo o planeta, os humanos pudessem – precisariam – aprender com o antropólogo Roy Wagner e sua obra inovadora *A invenção da cultura*. Se a cultura indígena é considerada “tradicional” e preocupada em garantir continuidade, permanência e conservação, Roy Wagner a concebe como voltada para a transformação, o imprevisto e a inovação. Nesse sentido, cultura não é normatividade ou coerção externa, mas criatividade conceitual ou, em outras palavras, um exercício de invenção. E, neste momento, para que as florestas tropicais continuem vivendo, precisamos urgentemente desse tipo de invenção dedicada.

**\*Julie Wark** é jornalista, escritor e tradutor. Autor, entre outros livros, de *The Human Rights Manifesto* (Zero Books).

Tradução: **Eleutério F. S. Prado**.

Publicado originalmente no portal [Counterpunch](#).

# a terra é redonda

**A Terra é Redonda** existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.

**[CONTRIBUA](#)**

A Terra é Redonda